

Dizer «não» aos estereótipos sociais: As ironias do controlo mental

DORA LUISA GERALDES BERNARDES (*)

«Although benefits are clearly to be accrued through the instigation of these inhibitory (i.e., stereotype suppression) mechanisms, most notably in the form of a reduction in stereotyping and prejudice, the picture may not be as clear-cut as it first appears... Once inhibitory mechanisms are relaxed, perceivers demonstrate a pervasive preoccupation with the formerly unwanted thought, with all the pernicious implications that this entails for their ensuing cognitions and behaviour» (Macrae et al., 1994a, pp. 813-814).

A influência dos estereótipos nas impressões, julgamentos, avaliações e comportamentos tem sido repetidamente documentada na literatura da psicologia social. Autores clássicos (Allport, 1954; Lippmann, 1922) enfatizaram a utilidade funcional da categorização e estereotipização, uma vez que simplificam a percepção social. Mais recentemente, investigações experimentais têm enfatizado a eficiência dos estereótipos

(Macrae, Milne & Bodenhausen, 1994; Bodenhausen & Macrae, 1998). Além disso, os estereótipos podem ser activados e depois aplicados quando reagimos aos outros de forma espontânea e relativamente automática (Banaji & Greenwald, 1995; Banaji, Hardin & Rothman, 1993; Devine, 1989; Gilbert & Hixon, 1991). Tais evidências levaram a que os investigadores comessem a questionar até que ponto as intenções conscientes de evitar o uso dos estereótipos podem ser conseguidas com sucesso (Bargh, 1999; Banaji et al., 1993). Por exemplo, se o processo de estereotipização é tão natural e espontâneo como as investigações têm documentado, podem indivíduos bem-intencionados que desejam evitar o uso dos estereótipos consegui-lo? Apesar de algumas evidências empíricas sugerirem que tal controlo do pensamento estereotípico, ainda que difícil, pode ser conseguido com sucesso (Devine, 1989; Monteith, 1993; Monteith, Sherman & Devine, 1998), outra linha de investigação é mais pessimista no que concerne às consequências das tentativas de controlo mental. Em particular, o trabalho recentemente desenvolvido por Macrae, Bodenhausen e seus colaboradores (Macrae, Bodenhausen & Milne, 1998; Macrae, Bodenhausen, Milne & Jetten, 1994), sugere que a tentativa consciente de controlar o preconceito pode não ser conseguida com sucesso e, ainda pior, pode resultar no seu oposto, criando um aumento nos pensamentos e respostas este-

(*) School of Psychology, University of Exeter.

reotípicas, comparativamente a uma situação em que não foi realizada qualquer tentativa de controlo de pensamentos estereotípicos. Por outras palavras, esta linha de investigação sugere que quanto mais as pessoas tentam inibir os seus estereótipos mais estas se afastam desse objectivo. Deste modo, a inibição intencional do pensamento estereotípico pode não ser o antídoto mais eficaz para os nossos julgamentos rápidos e inferenciais.

A supressão de estereótipos é provavelmente um processo complexo influenciado por uma variedade de importantes variáveis quer pessoais quer situacionais. O objectivo do presente artigo é precisamente oferecer uma abrangente revisão teórica que dê conta da complexidade do mecanismo de supressão dos estereótipos e das condições em que este leva ou não a consequências indesejadas. Para isso, recorre-se às evidências empíricas documentadas na literatura sobre controlo mental (Wegner, 1994; Wenzlaff & Wegner, 2000) e consideram-se factores adicionais que se revelem importantes quando se atenta à supressão de estereótipos em particular. Antes, porém, segue-se uma breve revisão da literatura que aponta para a facilidade da activação dos estereótipos.

1. A PROPENSÃO PARA O USO DOS ESTEREÓTIPOS

Existem poucas dúvidas de que estamos inclinados a pensar com a ajuda de categorias. Processar a informação social sem a ajuda de categorias resultaria numa sobrecarga de informação e, consequentemente, numa incapacidade de lidarmos eficazmente e eficientemente no nosso mundo social. Um processo natural e adaptativo de pensar com a ajuda de categorias sociais que tem recebido particular popularidade e interesse é a estereotipização social (Fiske, 2000). O conhecimento e as crenças que um indivíduo tem acerca de um grupo social constituem o estereótipo desse grupo. O estereótipo é armazenado na memória e pode influenciar as percepções e os comportamentos subsequentes em relação a esse grupo e aos seus membros. A investigação recente tem estabelecido empiricamente as propriedades de eficiência e de economia de recursos cognitivos da estereotipização (Macrae, Mil-

ne & Bodenhausen, 1994). Tal como Macrae e colaboradores (1994b) afirmam «*Stereotypes, accordingly, serve to simplify perception, judgment, and action. As energy-saving devices, they spare perceivers the ordeal of responding to an almost incomprehensibly complex social world*» (p. 37). Assim, pode concluir-se que o processo de estereotipização se oferece como convidativo ao percipiente social em parte porque os estereótipos simplificam o tratamento da informação social e, simultaneamente, permitem dar sentido ao ambiente social (ver Hamilton & Sherman, 1994, para revisão). O processo de estereotipização parece ser funcional por outras razões. Por exemplo, o uso dos estereótipos pode levar ao aumento da auto-estima do sujeito (Fein & Spencer, 1997). Sendo activados repetida e frequentemente, os estereótipos tornam-se estruturas cognitivas que podem ser activadas e usadas automaticamente (Devine, 1989). Como tal, os estereótipos podem enviesar as percepções sociais sem que os indivíduos tenham consciência ou intenção (Banaji & Greenwald, 1995).

A propensão para estereotipizar é frequentemente traduzida em termos comportamentais (Hamilton & Sherman, 1994). Por exemplo, comportamentos ambíguos tendem a ser interpretados em termos estereotípicos (Banaji et al., 1993; Devine, 1989). As atribuições para os comportamentos tendem igualmente a ser consistentes com os estereótipos, o que serve para perpetuar os estereótipos (Bodenhausen & Wyer, 1995). Ocorrem profecias auto-confirmatórias, sendo que os indivíduos tendem a responder a alvos estereotípicos colocando constrangimentos aos seus comportamentos pelo que estes alvos tenderão a comportar-se de modo consistente com o estereótipo (Word, Zanna & Cooper, 1974).

Os estereótipos, porém, são uma faca de dois gumes. Por um lado, como vimos, são ferramentas conceptuais que ajudam o agente social a perceber o complexo mundo social (Macrae, Stangor & Milne, 1994). Por outro lado, os estereótipos podem ter implicações nefastas, sobretudo para quem é vítima da sua utilização. Basta reportarmo-nos às situações em que, por exemplo, um desconhecido é considerado «perigoso», simplesmente por pertencer a um determinado grupo social (e.g., «negros»).

Apesar das crescentes campanhas sobre os direitos humanos em defesa da igualdade social,

tais respostas podem surpreendentemente ocorrer mesmo entre indivíduos que não adoptam atitudes preconceituosas nem apoiam o conteúdo de estereótipos negativos (e.g., Devine, 1989; Devine, Monteith, Zuwerink & Elliot, 1991; Monteith, Devine & Zuwerink, 1993). As injustiças sociais que resultam da activação e uso dos estereótipos somente podem ser evitadas caso as pessoas consigam controlar os seus pensamentos estereotípicos. Em consequência, quer devido a motivações intrínsecas à própria pessoa, quer devido a motivações sociais em geral, alguns indivíduos tentam evitar a influência que a activação dos estereótipos tem nas suas avaliações. A principal questão a que se procura responder é a seguinte: até que ponto é possível controlar a expressão do pensamento categorial?

2. OS MECANISMOS DE CONTROLO MENTAL

Numa tentativa de controlar as respostas estereotípicas, as pessoas podem simplesmente tentar banir os pensamentos estereotípicos da consciência, ou seja, suprimir os pensamentos estereotípicos (Macrae & Bodenhausen, 2000; Monteith et al., 1998a). No entanto, tentativas de tal controlo mental podem resultar em efeitos indesejados. Concretamente, a investigação tem mostrado que a tentativa de controlar um determinado pensamento pode levar a que este pensamento fique mais acessível do que se a tentativa de supressão não tivesse ocorrido. Esta evidência empírica foi demonstrada com variados pensamentos incluindo, por exemplo, pensamentos de ursos brancos (Wegner, Schneider, Carter & White, 1987), pensamentos sobre anteriores parceiros românticos (Wegner & Gold, 1995), e pensamentos depressivos (Wegner, Erber & Zanakos, 1993). O mesmo efeito irónico foi observado quando o indivíduo tenta activamente prevenir que o estereótipo interfira nas suas deliberações mantendo-o afastado do seu pensamento (Macrae, Bodenhausen, Milne & Jetten, 1994).

Wegner (1994; Wegner & Erber, 1992) desenvolveu um modelo teórico de supressão de pensamentos, segundo o qual, quando as pessoas tentam evitar um determinado pensamento este objectivo é alcançado pela acção de dois processos cognitivos distintos. O primeiro, corresponde

a um processo de monitorização de pensamentos que tem como objectivo examinar a consciência em busca de qualquer sinal do pensamento a evitar. Simultaneamente, inicia-se um segundo processo operativo cujo principal objectivo é a reorientação da consciência no sentido desta se afastar do pensamento indesejado e focar a sua atenção num pensamento distractor. Um pressuposto fundamental deste modelo é a consideração de que enquanto o processo de monitorização é um processo que opera de forma automática e eficiente (Bargh, 1994), o segundo processo requer recursos cognitivos para ser realizado com sucesso. Deste modo, detectar a presença de pensamentos indesejados é, segundo este modelo, uma tarefa que pode ser realizada de forma eficiente, independentemente das capacidades cognitivas do indivíduo. Substituir este tipo de pensamentos é um processo que requer adequados recursos cognitivos pelo que tem menor probabilidade de ocorrer (Wegner, 1994; Wenzlaff & Wegner, 2000). É de salientar que para que o indivíduo seja capaz de detectar pensamentos indesejados este deverá estar consciente do pensamento que pretende suprimir. Assim, a tentativa de evitar um pensamento indesejado pode resultar na hiperacessibilidade desse pensamento (Wegner & Erber, 1992; Macrae et al., 1994a). Ou seja, um dos aspectos irónicos da supressão de pensamentos é que quanto mais os indivíduos tentam suprimir um tipo de pensamentos, maior a acessibilidade desses pensamentos em tarefas posteriores, comparativamente a sujeitos que não realizam a tarefa inicial de supressão de pensamentos. É evidente que caso os indivíduos disponham de recursos cognitivos e motivação, o processo operativo conseguirá afastar a sua atenção do pensamento a evitar (Wegner, 1994). Contudo, se o sujeito estiver sem recursos cognitivos, sob pressão de tempo, distraído, ou sem motivação para suprimir o estereótipo, então é natural que a supressão do pensamento não apenas falhe, mas resulte no seu oposto. Este efeito irónico documentado na literatura denomina-se de *efeito de ricochete* (Wegner, 1994).

A implicação dos trabalhos de Wegner para o domínio do controlo dos estereótipos é que, em determinadas circunstâncias, quanto mais as pessoas tentam activamente inibir o pensamento estereotípico, mais estas falham nesse objectivo

(Bodenhausen & Macrae, 1998; Macrae et al., 1994a). A observação do irónico efeito de ricochete do estereótipo (ERE) levou a que Macrae e colaboradores (Macrae et al., 1994) questionassem até que ponto as pessoas poderão ser capazes de controlar o uso dos estereótipos e os enviesamentos que lhe estão associados. Por exemplo, Bodenhausen e Macrae (1996) afirmam que «*It seems that there are a substantial number of reasons to be concerned about whether stereotype suppression is a viable route to the goal of avoiding unfair bias in our assessments of others*» (pp. 242-243). Será que os esforços de controlo dos estereótipos levam necessariamente a efeitos contraintencionais? As consequências da intenção de suprimir os estereótipos são consideravelmente mais complexas do que as evidências empíricas implicam. Antes de considerar tais complexidades segue-se uma revisão de evidências referentes à supressão dos estereótipos.

3. AS CONSEQUÊNCIAS IRÓNICAS DA SUPRESSÃO DOS ESTEREÓTIPOS

Os efeitos irónicos da supressão de estereótipos foram documentados em inúmeras experiências realizadas na literatura da psicologia social. Macrae et al. (1994a), relataram três experimentos em se mostrou um aumento na acessibilidade e dependência dos estereótipos após os esforços das pessoas em suprimir os estereótipos. Nos três experimentos, os participantes realizaram, em primeiro lugar, uma tarefa em que tinham ou não que suprimir o estereótipo de *skinhead*. Especificamente, os participantes tinham que escrever um parágrafo descrevendo um dia típico na vida da pessoa que aparecia numa fotografia, sendo esta um *skinhead*. Metade dos participantes recebia a instrução de tentar não pensar em estereótipos enquanto escreviam os seus parágrafos, enquanto que a outra metade dos participantes não recebiam esta instrução para evitar o uso dos estereótipos. Nos três experimentos, as instruções de supressão foram eficazes no sentido em que os participantes escreveram parágrafos menos estereotípicos na condição de supressão dos estereótipos do que na condição de controlo. As consequências da supressão do estereótipo verificaram-se nas tarefas subsequentes. Especificamente, no experimento

1, os participantes tinham que escrever um segundo parágrafo sobre outro *skinhead* sendo que desta vez não foi apresentada qualquer instrução para evitar o uso dos estereótipos. Os resultados evidenciaram um ERE no sentido em que os participantes da condição de supressão, na segunda tarefa, escreveram parágrafos que eram ainda mais estereotípicos do que os parágrafos escritos por participantes que nunca suprimiram os estereótipos em primeiro lugar. No experimento 2, Macrae et al. (1994a), verificaram que as instruções de supressão dos estereótipos na primeira tarefa tiveram impacto numa segunda tarefa, em que os participantes se sentaram mais afastados de uma cadeira que supostamente seria mais tarde ocupada por um *skinhead*, sinalizada pelo seu casaco e haveres. O acto inicial de suprimir os estereótipos resultou posteriormente num comportamento que pareceu ser fortemente influenciado pelos estereótipos, em maior grau do que os participantes que na primeira tarefa não suprimiram os pensamentos estereotípicos. No experimento 3, Macrae et al., pretenderam determinar se, de facto, os estereótipos ficam mais acessíveis em consequência das tentativas da sua inibição. Usando uma tarefa de tempo de reacção, este experimento revelou que os estereótipos de *skinheads* estavam mais acessíveis entre os participantes que inicialmente suprimiram o estereótipo do que entre os participantes que não tentaram inibir o estereótipo. Estes resultados sugerem que os efeitos de ricochete observados nas duas primeiras experiências ocorreram provavelmente em resultado do acto de supressão ter primado pensamentos estereotípicos.

Os resultados de Macrae et al. (1994a) sugerem que os pensamentos estereotípicos, uma vez suprimidos, retornam à consciência e têm um impacto nas avaliações e nos comportamentos dos indivíduos em relação a outros grupos sociais, ou seja, ocorre um efeito de ricochete dos pensamentos estereotípicos.

A Supressão Espontânea do Estereótipo. Considerando que as instruções explícitas para evitar os estereótipos raramente ocorrem no mundo social, é importante identificar situações naturais que propiciem tentativas de supressão dos estereótipos. Recentemente, Macrae, Bodenhausen e Milne (1998) tentaram determinar se o ERE

após a supressão do estereótipo também seria observado se a intenção de suprimir os estereótipos fosse activada espontaneamente através de pistas situacionais. Macrae et al. (1998) demonstraram que um elevado *self-focus* (i.e., atenção auto-dirigida) associa-se à tentativa de supressão do uso dos estereótipos. Provavelmente, isto acontece porque a atenção auto-dirigida aumenta a saliência das crenças pessoais (e.g., Carver, 1975) pelo que, neste caso, as crenças pessoais que sugerem que a estereotipização é inapropriada ficam mais salientes. Macrae et al. (1998) verificaram que se o uso dos estereótipos for inibido numa condição de elevado *self-focus* por supressão, subsequentemente observar-se-á um ERE mesmo sendo o *self-focus* mais baixo na tarefa seguinte. Este padrão de resultados apoia a ideia de que o ERE pode ocorrer mesmo sem uma instrução explícita para inibir o estereótipo. A supressão do estereótipo foi espontaneamente iniciada como resultado de um elevado *self-focus*.

Numa investigação relacionada com a precedente, Wyer, Sherman e Stroessner (1998) demonstram a supressão espontânea do estereótipo e o consequente ERE, por salientarem as crenças sociais contra a estereotipização, por oposição às crenças pessoais. Num primeiro experimento, os participantes escreveram uma história acerca do dia típico na vida de um alvo Afro-Americano, após terem recebido uma de duas instruções: escrever o que entendessem sobre o alvo (condição de controlo) ou escrever sabendo que o estudo estava a ser conduzido por um grupo político Afro-Americano (condição de supressão). Os participantes, na condição de supressão espontânea, escreveram descrições do alvo menos estereotípicas do que os participantes na condição de controlo. Num segundo experimento, os participantes, primeiro, avaliaram as suas atitudes em relação Afro-Americanos numa de três condições: supressão explícita; supressão espontânea; e, não supressão. Subsequentemente, os participantes formaram impressões sobre um alvo que se comportou de uma maneira ambigualmente hostil. Os resultados mostraram que os participantes quer na condição de supressão explícita quer na condição de supressão espontânea julgaram o alvo como sendo significativamente mais hostil (i.e., de acordo com o estereótipo de

Afro-Americano) do que os participantes na condição de controlo.

Os resultados de Wyer et al. (1998) demonstram que as tentativas de supressão induzidas pela situação podem levar a consequências irónicas similares às que resultam de instruções explícitas de supressão dos estereótipos. Ou seja, aumentar a consciência das normas culturais contra a estereotipização e o preconceito, através de pistas situacionais, pode elicitar esforços espontâneos de supressão dos estereótipos. Um objectivo de investigações futuras será identificar condições que encorajem a supressão espontânea dos estereótipos baseada em normas sociais e em normas pessoais, quando tais tentativas de supressão ocorrem, que factores influenciam o sucesso da supressão e se os efeitos irónicos acontecerão.

Consequências ao Nível da Memória. Macrae, Bodenhausen, Milne e Wheeler (1996) investigaram uma consequência diferente da supressão de estereótipos, nomeadamente, se a supressão de estereótipos influencia a memória para a informação não estereotípica. Os autores hipotetizaram que a supressão de pensamentos estereotípicos requer recursos atencionais, de modo que gastar tais recursos durante o acto de supressão poderá deixar poucos recursos cognitivos disponíveis para atentar à informação não estereotípica. Esta ideia foi testada em dois estudos. Na Experiência 1, os participantes viam uma fotografia de um *skinhead* e ouviam uma auto-descrição supostamente do mesmo *skinhead* que estava gravada numa cassete *audio*. Esta narrativa poderia incluir: nenhuma afirmação estereotípica; apenas uma afirmação estereotípica; ou, 5 afirmações estereotípicas. A narrativa também continha informação não diagnóstica, tal como informação referente à idade e à morada do alvo. Para além de se ter manipulado o conteúdo das narrativas, foi também manipulado as instruções de supressão. Metade dos participantes recebiam a instrução de suprimir os pensamentos baseados em estereótipos e crenças que possam ter sido elicitadas pela aparência do alvo, enquanto que a outra metade não recebia esta instrução. Enquanto ouviam a auto-descrição do alvo, os participantes desempenhavam uma tarefa de rapidez de resposta que proporcionou uma medida dos recursos atencionais dos participantes. Pouco

tempo depois, os participantes reportavam a informação de que se lembravam sobre o alvo. As latências de resposta da tarefa de rapidez de resposta sugeriram que os recursos atencionais requeridos para a audição da narrativa do alvo eram mais elevados para os participantes na condição de supressão dos estereótipos que tinham sido expostos às narrativas mais estereotípicas. A recordação de informação não estereotípica foi mais baixa neste grupo de participantes. Tal sugere que a supressão do estereótipo requer recursos atencionais da parte dos indivíduos.

Num segundo experimento (Macrae et al., 1996), o grupo estereotípico utilizado foi o de «idoso» e a narrativa sobre o alvo incluía 12 afirmações estereotípicas e 18 afirmações não estereotípicas. Mais uma vez, enquanto ouviam as narrativas e formavam uma impressão sobre o alvo, metade dos participantes e tentavam suprimir os pensamentos estereotípicos. Sete dias depois, os participantes voltaram ao laboratório e pediu-se-lhes que tentassem reproduzir o melhor que conseguissem a narrativa que tinham anteriormente ouvido sobre o alvo. Os resultados indicaram que, na condição de supressão, os participantes recordaram significativamente mais informação estereotípica e menos informação não estereotípica, comparativamente com os participantes da condição de controlo. Macrae et al. (1996) concluíram que os resultados confirmam «...that the act of stereotype suppression can impair the processing and retention of nonstereotypic individuating information ... [and enhance] memory for the to-be-disregarded information» (p. 14).

É de acrescentar que o mesmo padrão de resultados foi obtido por Sherman, Stroessner, Loftus e DeGuzman (1997) recorrendo como medida de memória a um teste de reconhecimento. Estes resultados sugerem que há diferenças importantes na forma como «inibidores» e «não inhibidores» codificam e armazenam informação estereotípica e não estereotípica sobre um determinado alvo social.

Os estudos até aqui documentados, enfatizam que os esforços para regular o uso dos estereótipos, especificamente através da supressão de pensamentos estereotípicos, podem levar ao paradoxal e indesejado resultado da hiperacessibi-

lidade e melhor memória para estes mesmos pensamentos. Em consequência, a subsequente estereotipização pode aumentar. No entanto, adoptando uma perspectiva mais optimista, alguns autores (e.g., Monteith et al., 1998a) acreditam que a supressão dos estereótipos pode ser conseguida sem a ocorrência do irónico ERE. Seguidamente, explica-se de que modo determinadas variáveis podem constituir limitações ao ERE.

4. INFLUÊNCIAS MODERADORAS DA SUPRESSÃO: LIMITAÇÕES AO ERE

Nesta secção apresenta-se um conjunto de factores que podem moderar o impacto do ERE após a supressão de estereótipos, bem como dados que sugerem que a supressão de estereótipos nem sempre leva a efeitos irónicos. Assim, em primeiro lugar, foca-se o papel que a atitude pode ter na mediação do efeito que a supressão exerce na subsequente acessibilidade do estereótipo. No contexto desta discussão, identifica-se uma variedade de processos que podem fazer com que pessoas que têm como compromisso pessoal evitar o uso dos estereótipos sejam capazes de o fazer, sem que haja um subsequente aumento da acessibilidade do estereótipo, mesmo em condições em que tipicamente se observa o ERE. Em segundo lugar, sugere-se que os objectivos de processamento do indivíduo podem fazer com que os estereótipos que foram activados através de processos relacionados com a supressão de estereótipos não cheguem a ser aplicados em relação aos alvos. Neste contexto, discute-se a importante distinção entre activação e aplicação do estereótipo.

4.1. A Influência do Nível de Preconceito

A atitude pessoal acerca da estereotipização é, provavelmente, o factor de moderação do ERE mais influente no ricochete do estereótipo após tentativa de supressão. Muitas pessoas acreditam que estereotipizar é pessoalmente inaceitável e têm como compromisso pessoal renunciar ao preconceito e evitar estereotipizar os outros. Para estes indivíduos com baixo nível de preconceito, o pensamento estereotípico transgride as suas crenças de justiça e de igualdade social e,

quando têm consciência que estereotipizaram alguém, tendem a sentir culpa (e.g., Devine et al., 1991; Monteith, 1993). Outros indivíduos, no entanto, consideram que é perfeitamente aceitável estereotipizar os outros ou pelo menos indivíduos pertencentes a determinados grupos sociais. Existem diferenças importantes entre os que condenam e aqueles que não condenam a estereotipização o que, por sua vez, tem implicações ao nível das consequências indesejadas das tentativas de supressão dos estereótipos.

Que estereótipo está a ser suprimido? Existem algumas considerações a tecer sobre as condições em que ocorre o ERE que se relacionam com o tipo de grupo estereotípico utilizado como alvo nas investigações sobre supressão de estereótipos (ver também Monteith et al., 1998a). Especificamente, Macrae e colaboradores (Macrae et al., 1994a; Macrae, et al., 1996; Macrae et al., 1998) examinaram as consequências da supressão de estereótipos em relação a grupos sociais para os quais não existem fortes normas pessoais e sociais contra a estereotipização (e.g., *skinheads* e políticos). Tais grupos diferem em importantes aspectos de outros grupos sociais em relação os quais existem fortes preocupações com as normas pessoais e sociais contra a aplicação dos estereótipos. Por exemplo, apesar dos indivíduos poderem pensar que, em geral, não devem estereotipizar os outros, não é muito provável que estes tenham crenças internas muito fortes de que não devem estereotipizar *skinheads* ou pedófilos, tal como provavelmente têm acerca de outros grupos, tais como mulheres ou homossexuais. Quando os indivíduos são instruídos a suprimir os estereótipos dos grupos para os quais não têm preocupações sociais e pessoais acerca da estereotipização, o subsequente ERE poderá não ocorrer (Monteith et al., 1998a).

A este respeito, Monteith, Spicer e Tooman (1998) verificaram que as pessoas com alto e baixo preconceito diferem no grau de acessibilidade do estereótipo de homossexual após tentativa de supressão. Enquanto indivíduos com baixo preconceito não se baseiam nos estereótipos quando escrevem descrições de um casal de homossexuais, indivíduos com alto preconceito baseiam-se no estereótipo na condição de supressão. No entanto, esta investigação não permite identificar os processos precisos pelos quais os

indivíduos com baixo preconceito evitam o ERE. Seguidamente, propõem-se alguns factores que permitem explicar porque motivo as pessoas que têm baixo preconceito são capazes de evitar a activação do estereótipo induzida pela supressão do estereótipo.

Até que ponto o estereótipo é activado? Entre os indivíduos com um baixo nível de preconceito, a activação dos estereótipos pode simplesmente não chegar a ocorrer (Lepore & Brown, 1997; Wittenbrink, Judd, & Park, 1997), pelo que o ciclo de supressão-ricochete pode ser totalmente evitado. Neste sentido, um aspecto da eficaz supressão dos estereótipos poderá ter a ver com a extensão em que os pensamentos estereotípicos têm probabilidade de serem activados em primeiro lugar. Dois estudos parecem sugerir que este seja o caso. Primeiro, Wittenbrink et al. (1997) mostraram uma correspondência entre atitudes raciais explícitas e associações estereotípicas implícitas, o que sugere que os estereótipos têm menor probabilidade de serem activados automaticamente entre indivíduos com baixo preconceito, por oposição aos indivíduos com alto preconceito. Segundo, Lepore e Brown (1997) verificaram que os participantes com baixo preconceito não mostram evidência de activação do estereótipo negativo quando o estereótipo de negros era primado subliminarmente.

Outra possibilidade é que os estereótipos sejam brevemente activados entre as pessoas pouco preconceituosas e que posteriormente estas sejam eficazes a suprimir os estereótipos, não se verificando o ERE. De facto, verificou-se que mesmo os sujeitos com baixo preconceito evidenciam efeitos implícitos de estereotipização (Banaji & Greenwald, 1995; Banaji et al., 1993; Bargh, Chen, & Burrows, 1996, Experiência 3; Devine, 1989; Fazio, Jackson, Dunton, & Williams, 1995). Além disso, a maioria dos indivíduos com baixo preconceito refere que tem uma tendência a ter pensamentos e reacções estereotípicas (e.g., Devine et al., 1991; Monteith et al., 1993).

A motivação para inibir o estereótipo. Mesmo que os indivíduos com baixo nível de preconceito activem os estereótipos, estes podem ser bem sucedidos a evitar o subsequente ERE por diversas razões. Um importante factor pode estar rela-

cionado com o significado psicológico de se ter pensamentos estereotípicos. Apesar dos indivíduos com baixo nível de preconceito poderem reagir estereotipicamente, estão fortemente motivados para evitar tais reacções e experienciam sentimentos de culpa quando não o conseguem fazer (Devine et al., 1991; Monteith et al., 1993; Monteith, 1993).

A este respeito, um importante factor pode ser a distinção entre motivação interna e externa para controlar o preconceito. Segundo Plant e Devine (citado por Monteith et al., 1998a), quando os esforços para controlar o preconceito falham, o estado afectivo resultante difere em função do tipo de motivação que está na base do controlo do preconceito. Replicando evidências anteriores (e.g., Devine et al., 1991; Monteith et al., 1993), verificou-se que quando a fonte de motivação para controlar o preconceito era interna, a discrepância com as crenças pessoais levava a sentimentos de culpa e de auto-recriminação. No entanto, quando a principal motivação era externa ao próprio indivíduo, a discrepância com as crenças do grupo de referência estava associada a sentimentos de ameaça e de medo. Ainda com maior importância, Plant e Devine (cit. por Monteith et al., 1998a) verificaram que as motivações internas, mas não as externas, estavam fortemente correlacionadas com medidas auto-relatadas de atitudes preconceituosas, sendo que quanto mais baixo o nível de preconceito, mais forte a motivação interna para controlar o preconceito. Por comparação aos indivíduos com baixo nível de preconceito, os indivíduos com elevado nível de preconceito ao inicialmente suprimirem os pensamentos estereotípicos podem experienciar um ERE. Os estereótipos são rapidamente activados entre estes indivíduos (Lepore & Brown, 1997), e estes indivíduos experienciam pouca motivação para controlar as suas reacções estereotípicas (e.g., Devine et al., 1991; Monteith, 1993).

No entanto, mesmo entre indivíduos com alto nível de preconceito, os estereótipos tornados mais acessíveis após o período de supressão dos estereótipos podem não ser «aplicados», caso as normas sociais façam com que os indivíduos não se baseiem nos estereótipos. Concretamente, Monteith, Spicer e Tooman (1998) numa investigação recente, verificaram que pessoas com baixo preconceito em relação a homossexuais

não mostram o habitual ERE após a supressão do estereótipo. Para mais, por oposição aos dados obtidos por Macrae et al. (1994a, Experiência 1) relativamente a *skinheads* eram usados como grupo estereotípico, Monteith et al. (1998b) não verificaram que os participantes com elevado nível de preconceito que inicialmente suprimiram os estereótipos os tenham usado em maior grau do que os participantes do grupo de controlo. Assumindo que as normas sociais tornadas salientes pelas instruções iniciais de supressão de estereótipos possam ter levado os indivíduos com um alto nível de preconceito a não «aplicar» os estereótipos, os autores num segundo experimento analisaram o nível de acessibilidade do estereótipo entre os participantes. Os resultados sugerem que os estereótipos estavam de facto mais acessíveis entre os participantes com alto preconceito que inicialmente suprimiram os estereótipos (evidenciado por superior recordação de palavras estereotípicas numa tarefa de recordação), relativamente a participantes que na fase inicial expressou os seus estereótipos livremente (i.e., não supressão). Em suma, na medida em que uma instrução inicial de supressão de estereótipos resulta num aumento da saliência das normas sociais contra a estereotipização, o efeito de ricochete pode não ser observado em termos da aplicação dos estereótipos mesmo entre indivíduos com alto preconceito.

Recentemente, Wyer, Sherman e Stroessner (2000), ajudaram a esclarecer o debate sobre em que condições os estereótipos raciais activados pela supressão do estereótipo podem subsequentemente ser aplicados. Num primeiro estudo, o estereótipo racial previamente suprimido influenciou as subsequentes impressões em função da raça do alvo posteriormente encontrado, se a sua raça não era especificada. Não se verificaram tais efeitos quando o alvo pertencia ao mesmo grupo racial do grupo estereotípico inicialmente suprimido. Estes resultados sugerem que quando o percipiente está motivado para não estereotipizar os outros, a influência de um estereótipo previamente activado através da supressão é minimizada. Um segundo estudo demonstrou que estes objectivos de processamento reduzem eficazmente o impacto dos estereótipos activados pela supressão apenas quando o percipiente tem suficiente capacidade cognitiva para alcançar tais objectivos. Ou seja, quer suficiente motiva-

ção, quer suficientes recursos cognitivos são necessários para prevenir o aumento da acessibilidade dos estereótipos após a sua supressão.

A prática de supressão do estereótipo. Os indivíduos com baixo preconceito, estando intrinsecamente motivados para suprimir o estereótipo, podem tentar suprimi-lo sempre que levantem a hipótese de poderem estar a ser influenciados por ele. Tais preocupações igualitárias «crónicas», podem associar-se a anos de prática de supressão de pensamentos estereotípicos. Em comparação, os indivíduos com elevado preconceito tenderão a tentar a supressão de estereótipos apenas quando estejam motivados por factores externos. Deste modo, estes indivíduos deverão ter menos experiência na prevenção do acesso à consciência dos pensamentos estereotípicos.

Tal como qualquer outro processo mental, o processo de supressão de pensamentos estereotípicos pode tornar-se relativamente automático (e.g., Smith, 1994). Tal como assume Wegner (1994), o processo operativo de substituição de pensamentos pode tornar-se eficiente (tal como o processo e monitorização), diminuindo assim a incidência do ERE após a supressão dos estereótipos. Apoiando esta possibilidade, Kelly e Khan (1994) mostraram que as pessoas são capazes de suprimir os pensamentos intrusivos frequentes sem que ocorram efeitos de ricochete. Assim, mesmo que os estereótipos sejam activados entre os indivíduos com baixo nível de preconceito a sua natureza intrusiva pode associar-se a uma eficiência na supressão. Estes dados sugerem que algumas pessoas se podem tornar eficientes na supressão de pensamentos recorrentes que estão intrinsecamente motivadas para inibir e têm prática no processo de supressão. No entanto, suprimir pensamentos novos com base em motivações externas (e.g., «não pense em urso branco») é um processo mais difícil.

Muito recentemente, Kawakami, Dovidio, Moll, Hermsen, e Russin (2000) mostraram directamente que praticar a negação das associações estereotípicas, facilita a inibição da activação do estereótipo após a apresentação da categoria social. Deste modo, dizer «não» aos estereótipos revela-se, assim, uma estratégia eficaz para «quebrar o hábito de estereotipizar» (Devine & Monteith, 1993).

O recurso a estratégias alternativas à supressão do estereótipo. Os indivíduos com um baixo nível de preconceito podem ser eficazes a suprimir o estereótipo recorrendo a outras estratégias de controlo de pensamentos que os tornem imunes ao ERE, nomeadamente através quer a) da substituição dos pensamentos estereotípicos por outros, quer b) da individuação do alvo.

a) *O papel de pensamentos substitutos.* A investigação sobre a supressão de estereótipos tem pressuposto implicitamente que a supressão (i.e., inibir os pensamentos estereotípicos de acederem à consciência) é a estratégia dominante no controlo do pensamento estereotípico. No entanto, a premissa de Devine (e.g., Devine, 1989) e de Monteith (e.g., Monteith, 1993) é que há uma estratégia alternativa para os participantes que não querem estereotipizar os outros. Mais do que suprimir os pensamentos estereotípicos indesejados esses pensamentos podem, em vez disso, ser substituídos pelas crenças igualitárias destes indivíduos.

Esta estratégia assemelha-se à «estratégia composta» apresentada por Wegner (Wegner, 1994; Wegner & Wenzlaff, 1996), segundo a qual a disponibilidade de pensamentos substitutos previne a ocorrência do efeito de ricochete dos pensamentos indesejados. A este propósito, é importante referir que quando Wegner et al. (1987) forneceram aos participantes pensamentos substitutos (e.g., «se surgir à consciência um urso branco, pense num Volkswagen vermelho»), os efeitos de ricochete desapareceram.

Do mesmo modo, a explicação de Kelly e Khan (1994) para o modo como as pessoas são capazes de suprimir os seus pensamentos intrusivos sem que estes sejam alvo de ricochete, recai na disponibilidade de pensamentos distractores. Além disso, graças à experiência e prática, o indivíduo dá-se conta de quais os pensamentos distractores mais eficazes quando se tenta inibir determinado pensamento. Em comparação, os indivíduos com alto preconceito, devido às suas crenças pessoais serem fortemente estereotípicas (Devine, 1989; Devine & Elliot, 1995), ficam sem pensamentos disponíveis socialmente aceites que possam substituir os pensamentos estereotípicos.

Ainda relacionado com o papel de pensamentos substitutos, recentemente Blair e Banaji

(1996) recorreram a um paradigma de *priming* para mostrar que o grau em que a activação dos estereótipos é automático pode ser modificado pela intenção consciente de substituir os pensamentos estereotípicos pelos pensamentos contra-estereotípicos. Blair e Banaji (1996) verificaram que em condições de processamento automático, os participantes com expectativas consistentes com o estereótipo, demonstraram a habitual activação automática do estereótipo. No entanto, os participantes com expectativas de receber informação inconsistente com o estereótipo parecem ter sido capazes de reduzir a activação automática do estereótipo. Bargh (1999), numa reavaliação dos resultados obtidos por Blair e Banaji (1996), argumenta que enquanto que as expectativas conscientes com o estereótipo promoveram o efeito de facilitação do estereótipo (maior activação do estereótipo), as expectativas inconsistentes com o estereótipo não tiveram quaisquer efeitos inibitórios na activação do estereótipo. Assim, Bargh sugere que não se pode concluir que os indivíduos tenham activado os estereótipos em menor grau após terem recebido expectativas inconsistentes com o estereótipo.

b) *A individuação do alvo.* Para além da supressão de pensamentos estereotípicos ou da substituição destes pensamentos por outros, os indivíduos com um baixo nível de preconceito podem usar ainda outra estratégia de controlo dos pensamentos estereotípicos. Especificamente, estes indivíduos podem tentar evitar a estereotipização procurando activamente informação individual sobre o alvo e formar impressões com base nestas informações (Brewer, 1988; Fiske & Neuberg, 1990).

Um factor bastante importante que determina a probabilidade da individuação do sujeito alvo é o grau de motivação do percipiente para formar impressões precisas e não estereotípicas (e.g., Brewer, 1988; Fiske & Neuberg, 1990). Tal como foi dito anteriormente, os indivíduos com baixo nível de preconceito estão mais intrinsecamente motivados para formarem impressões não estereotípicas comparativamente com os indivíduos não preconceituosos. Como resultado, pode esperar-se que os indivíduos com baixo preconceito tenham maior probabilidade de evitar a estereotipização uma vez que tentam activa-

mente formar impressões individualizadas do alvo.

De forma consistente com esta ideia, Sherman, Stroessner e Azam (citado por Monteith et al., 1998a), utilizando uma tarefa de formação de impressões, verificaram que os julgamentos sobre um alvo homossexual de indivíduos com baixo preconceito estão fortemente relacionados com informação individual do alvo a que estes deram mais atenção numa tarefa posterior. Em contraste, os indivíduos com alto preconceito fizeram julgamentos sobre o alvo não relacionados com informação a que mais tarde deram atenção e lembraram sobre o alvo. O ponto crucial destes resultados para a presente análise é a possibilidade de que os indivíduos com baixo preconceito, ao tentarem activamente individualizar o alvo, possam evitar os enviesamentos estereotípicos sem que ocorra o indesejado ERE após a supressão dos estereótipos.

4.2. *A Influência dos Objectivos de Processamento*

Um importante factor na regulação da vida mental é os objectivos de processamento do indivíduo. Os indivíduos que conscientemente têm por objectivo não estereotipizar os membros de outro grupo social podem, em vez de tentar suprimir o estereótipo, adoptar a estratégia de tentar justamente o oposto, ou seja, pensar de forma justa, igualitária e não preconceituosa. Neste caso, o objectivo dos participantes não é suprimir um determinado estado mental, mas sim criar um novo estado mental. De acordo com o modelo de Wegner (1994) a tentativa de criar um particular estado mental terá pouca probabilidade de resultar em efeitos irónicos. A tentativa de criar um estado mental leva a que o processo de monitorização procure pensamentos que não sejam consistentes com esse estado mental. Uma vez que o processo de monitorização não se foca exclusivamente numa procura de pensamentos estereotípicos, a possibilidade de efeitos irónicos é reduzida.

De forma consistente com esta hipótese, Moskowitz, Salomon e Taylor (2000) relataram recentemente que entre os participantes que adoptaram o objectivo de não serem preconceituosos, a activação dos estereótipos pode, de facto, não chegar a ocorrer. Para mais, estes au-

tores verificaram que as pessoas com crenças igualitárias crónicas e com o objectivo de não serem preconceituosas, não só não apresentam os habituais efeitos de facilitação de *priming* categorial na activação automática dos estereótipos bem como, além disso, activam os objectivos igualitários. Assim sendo, é necessário que estudos adicionais identifiquem os processos específicos através dos quais os objectivos igualitários crónicos têm o efeito de prevenir a activação dos estereótipos, para melhor esclarecer estes processos.

O principal aspecto a enfatizar é que as pessoas podem adoptar diferentes objectivos e, como tal, utilizar diferentes estratégias que evitem o impacto dos estereótipos sociais. Nesta linha de pensamento, pode dizer-se que a supressão dos estereótipos poderá não ser o veículo principal de evitar respostas estereotípicas e preconceituosas. Considerando que poderão existir outras estratégias possíveis de controlo dos estereótipos e dos enviesamentos que lhes estão associados, podemos acreditar com mais confiança na possibilidade de controlo dos estereótipos.

5. CONCLUSÕES E DIRECÇÃO DA INVESTIGAÇÃO FUTURA

Muita da nossa vida mental, paradoxalmente, é passada pensando no que não queremos pensar. A mensagem que emerge da investigação recente sobre controlo de pensamentos é que a tentativa de supressão de pensamentos, crenças e desejos podem ser uma perda de tempo. Banidos da mente, este tipo de cognições podem ironicamente reaparecer à consciência de tal modo que é difícil ignorá-las (ver Wegner, 1994).

Não fossem as consequências ao nível dos julgamentos e dos comportamentos, estes pensamentos intrusivos seriam de pouca preocupação, e os efeitos de ricochete teriam recebido pouca atenção no domínio científico. Se é verdade que não haverá grande problema em não deixarmos de pensar em ursos brancos, a questão é mais preocupante quando os pensamentos que dominam a nossa vida mental podem ter graves consequências, por exemplo, ao nível do julgamento e do comportamento para o agente social, nomeadamente, o domínio dos estereótipos.

A vida diária está repleta de situações em que,

para que interagjamos em harmonia, o percipiente social tem que suprimir os pensamentos estereotípicos acerca dos outros. As crenças estereotípicas são inaceitáveis por variados aspectos. Não só estas violam as normas vigentes na nossa sociedade de igualdade e de justiça, como também estes pensamentos transgridem as crenças pessoais de muitas pessoas (e.g., considerando-se pessoas com uma mentalidade aberta e com sentido de justiça), fazendo com que estas sintam sentimentos de culpa (Monteith et al., 1993). Não surpreendentemente, muitos indivíduos tentam então banir os pensamentos estereótipos da sua consciência, de modo a não expressarem estes pensamentos indesejáveis.

Infelizmente, a lição que se pode inferir da literatura do campo do controlo mental é que os pensamentos estereotípicos têm grande probabilidade de voltar à consciência (Wenzlaff & Wegner, 2000). Demonstrações recentes de efeitos de ricochete dos estereótipos (Macrae et al., 1994a; Macrae et al., 1998) indicaram que a supressão de pensamentos pode ser uma estratégia ineficaz de controlo mental. De facto, as tentativas de supressão dos estereótipos podem levar ao aumento posterior da acessibilidade do estereótipo a evitar (e.g., Macrae et al., 1994a). Uma vez que a inibição dos estereótipos é uma actividade que requer recursos cognitivos (e.g., Macrae et al., 1996) tal efeito irónico que resulta da falha da supressão pode ocorrer ainda com mais veemência quando os recursos cognitivos disponíveis são baixos (e.g., Wegner, Erber, & Bowman, citado por Wegner, 1994). Além disso, os objectivos de supressão podem dirigir a atenção do participante para a informação estereotípica acerca do alvo (e.g., Macrae et al., 1996; Sherman, Loftus, & DeGuzman, 1997).

Será então melhor que mensagens que apontem para a inibição ou supressão dos estereótipos não sejam comunicadas? Apesar dos seus feitos irónicos indesejados, tais mensagens podem ter as consequências desejáveis de dar ao preconceito um «nome mau» criando um ambiente normativo social que desencoraje o preconceito e ajude a controlar a sua influência nas opiniões e comportamentos das pessoas. Assim, apesar não se pretender afirmar que mensagens como «evite o preconceito» levarão a mudanças concretas nas crenças de pessoas com alto preconceito, outros efeitos potencialmente positivos poderão ter im-

pacto contra a possibilidade de ocorrência do efeito de ricochete.

Neste sentido, os dados obtidos na literatura sobre o ERE sugerem também que as tentativas de suprimir os estereótipos não são igualmente prejudiciais em todas as situações. De facto, parece que há importantes condições para que o ERE ocorra ou não. Por exemplo, investigações recentes neste tópico mostram evidências de que os indivíduos com um baixo nível de preconceito não parecem ser susceptíveis ao ERE (Monteith et al., 1998b) e que os indivíduos com um alto nível de preconceito não são susceptíveis em algumas condições (Monteith et al., 1998b), o que leva à conclusão de que há importantes variáveis que moderam este efeito (ver Monteith et al., 1998a). Por exemplo, quando a supressão dos estereótipos é frequentemente praticada (tal como pode ser o caso de indivíduos com um baixo nível de preconceito), ou se associa a outras estratégias de controlo mental (e.g., individuação do alvo), os esforços de controlo do estereótipo podem ser conseguidos com sucesso (Devine & Monteith, 1999).

Qualquer que seja o mecanismo que esteja a operar, resultados como os de Monteith et al. (1998a) indicam que mesmo que se lembre aos indivíduos pouco preconceituosos para que estes evitem pensamentos estereotípicos, tal facto não resulta nos efeitos paradoxais que possam um obstáculo mesmo para pessoas bem intencionadas e convictas da sua capacidade de controlar a expressão do preconceito. Se existem ou não limitações a esta conclusão, é uma questão que necessita de ser investigada no futuro. Por exemplo, será que os indivíduos com baixo preconceito são capazes de evitar os efeitos paradoxais da supressão de pensamentos numa condição de sobrecarga cognitiva? Limitados recursos cognitivos deverão aumentar a probabilidade de respostas estereotípicas entre os indivíduos com baixo preconceito que não tinham recebido a instrução para inibir os seus estereótipos (e.g., Pratto & Bargh, 1991), mas o que acontecerá a estes indivíduos numa condição de supressão de estereótipos? Se o facto do experimentador lembrar aos participantes que estes não devem evitar respostas estereotípicas ajuda os indivíduos com baixo preconceito a focar em informação não estereotípica acerca do alvo ou a gerar respostas não preconceituosas, esperar-se-ão me-

nos intrusões de pensamentos estereotípicos na condição de supressão do que na condição de controlo. Tal padrão de resultados terá implicações favoráveis, no sentido em que a intenção consciente de evitar o pensamento estereotípico – introduzida por um agente exterior para se evitar os estereótipos – pode prevenir a dependência «cega» nos estereótipos que foi documentada em estudos anteriores. No entanto, se as instruções de supressão resultam num processo de monitorização irónico (ver Wegner, 1994) que serve para aumentar os pensamentos estereotípicos, o ERE pode ser observado em condições de sobrecarga cognitiva.

Quando as pessoas não têm consciência das potenciais influências dos estereótipos ou não têm os recursos cognitivos ou motivação necessários para inibir os pensamentos estereotípicos, estas serão incapazes de controlar os pensamentos preconceituosos. Mesmo indivíduos que estão intrinsecamente motivados para controlar o preconceito (indivíduos com baixo preconceito), o dia-a-dia é extenuante. É raro o momento em que conseguem detectar uma reacção estereotípica. Para além disso, é difícil dispor de recursos cognitivos para controlar tais respostas.

Desta análise, torna-se evidente que a supressão de estereótipos é um processo complexo e aparentemente determinado e influenciado por diversos factores. Será importante que a investigação futura analise o papel de cada um destes factores na regulação dos estereótipos. Investigações adicionais que vão mais longe no sentido de estabelecer as condições em que o efeito de ricochete tem probabilidade de ocorrer ou não são necessárias. Para mais, dadas as vicissitudes do mecanismo de supressão dos estereótipos, é necessário que a investigação futura se detenha sobre estratégias alternativas de controlo mental e as compare em termos da sua eficácia e dos seus efeitos negativos. Nesta linha de ideias, Galinsky e Moskowitz (2000) compararam a estratégia de supressão dos estereótipos com outra estratégia, nomeadamente a de se considerar diferentes pontos de vista, perspectivas e hipóteses acerca do alvo. Segundo estes autores, a supressão dos estereótipos é eficaz apenas em medidas explícitas da estereotipização (e.g., escrita de narrativas), tendo consequências indesejáveis a um nível implícito (e.g., tarefa de decisão lexical). Ao contrário, a estratégia de adop-

tar diferentes perspectivas aumenta a expressão de atitudes positivas acerca do alvo, reduz a expressão do conteúdo estereotípico e a hipercassibilidade do estereótipo, uma vez que promove a sobreposição das representações do *self* e do *exo-grupo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Banaji, M. R., & Greenwald, A. G. (1995). Implicit gender stereotyping in judgments of fame. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 181-198.
- Banaji, M. R., Hardin, C. D., & Rothman, A. J. (1993). Implicit stereotyping in person judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 272-281.
- Bargh, J. A. (1994). The four horsemen of automaticity: Awareness, intention, efficiency, and control in social cognition. In R. S. Wyer, Jr. & T. K. Srull (Eds.), *Handbook of Social Cognition* 2nd ed. (vol. 1, pp. 1-40). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bargh, J. A. (1999). The cognitive monster: The case against the controllability of automatic stereotype effects. In S. Chaiken, & Y. Trope (Eds.), *Dual process theories in social psychology*. New York: Guilford.
- Bargh, J. A., Chen, M., & Burrows, L. (1996). Automaticity of social behavior: direct effects of trait construct and stereotype activation on action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 230-244.
- Blair, I. V., & Banaji, M. R. (1996). Automatic and controlled processes in stereotype priming. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 1142-1163.
- Bodenhausen, C. V., & Macrae, C. N. (1996). The self-regulation of intergroup perception: Mechanisms and consequences of stereotype suppression. In C. N. Macrae, C. Stangor, & M. Hewstone (Eds.), *Stereotypes and Stereotyping* (pp. 227-253). New York: Guilford.
- Bodenhausen, C. V., & Macrae, C. N. (1998). Stereotype activation and inhibition. In S. R. Wyer, Jr. (Ed.), *Stereotype Activation and Inhibition: Advances in Social Cognition* (vol. 11, pp. 1-52). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bodenhausen, C. V., & Wyer, R. S., Jr. (1985). Effects of stereotypes on decision making and information processing strategies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 267-282.
- Brewer, M. B. (1988). A dual process model of impression formation. In R. S. Wyer, Jr. & T. K. Srull (Eds.), *Advances in Social Cognition* (Vol. 1, pp. 1-36). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Carver, C. S. (1975). Physical aggression as a function of objective self-awareness and attitudes toward punishment. *Journal of Experimental Social Psychology*, 11, 510-519.
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18.
- Devine, P. G., & Elliot, A. J. (1995). Are racial stereotypes really fading? The Princeton trilogy revisited. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 1139-1150.
- Devine, P. G., & Monteith, M. J. (1993). The role of discrepancy-associated affect in prejudice reduction. In D. M. Mackie, & D. L. Hamilton (Eds.), *Affect, cognition, and stereotyping: Interactive processes in intergroup perception* (pp. 217-344). San Diego, CA: Academic.
- Devine, P. G., & Monteith, M. J. (1999). Automaticity and control in stereotyping. In S. Chaiken, & Y. Trope (Eds.), *Dual-process theories in social psychology* (pp. 339-360). New York: Guilford.
- Devine, P. G., Monteith, M. J., Zuwerink, J. R., & Elliot, A. J. (1991). Prejudice with and without compunction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 817-830.
- Fazio, R. H., Jackson, J. R., Dunton, B. C., & Williams, C. J. (1995). Variability in automatic activation as an unobtrusive measure of racial attitudes: A bona fide pipeline? *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 1013-1027.
- Fein, S., & Spencer, S. J. (1997). Prejudice as self-image maintenance: Affirming the self through derogating others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 31-44.
- Fiske, S. T. (2000). Stereotyping, prejudice, and discrimination at the steam between the centuries: Evolution, culture, mind, and brain. *European Journal of Social Psychology*, 30, 299-322.
- Fiske, S. T., & Neuberg, S. L. (1990). A continuum model of impression formation from category-based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation. *Advances in Experimental Social Psychology*, 23, 1-74.
- Galinsky, A. D., & Moskowitz, G. B. (2000). Perspective-taking: Decreasing stereotype expression, stereotype accessibility, and in-group favoritism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 708-724.
- Gilbert, D. T., & Hixon, J. G. (1991). The trouble of thinking: Activation and application of stereotypic beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 509-517.
- Hamilton, D. L., & Sherman, J. W. (1994). Stereotypes. In R. S. Wyer, Jr. & T. K. Srull (Eds.), *Handbook of Social Cognition*, 2nd ed. (pp. 1-68). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Kawakami, K., Dovidio, J., Moll, J., Hermsen, S., & Russin, A. (2000). Just say no (to stereotyping): Effects of training in the negation of stereotypic associations on stereotype activation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78 (5), 871-888.
- Kelly, A. E., & Kahn, J. H. (1994). Effects of suppression of personal intrusive thoughts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 998-1006.
- Lepore, L., & Brown, R. (1997). Category and stereotype activation: Is prejudice inevitable? *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 275-287.
- Lippman, W. (1922). *Public Opinion*. New York: Harcourt Brace.
- Macrae, C. N., & Bodenhausen, G. V. (2000). Social Cognition: Thinking categorically about others. *Annual Review of Psychology*, 51, 93-120.
- Macrae, C. N., Bodenhausen, G. V., & Milne, A. B. (1998). Saying no to unwanted thoughts: Self-focus and the regulation of mental life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 578-589.
- Macrae, C. N., Bodenhausen, G. V., Milne, A. B., & Jetten, J. (1994a). Out of mind but back in sight: Stereotypes on the rebound. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 808-817.
- Macrae, C. N., Bodenhausen, G. V., Milne, A. B., & Wheeler, V. (1996). On resisting the temptation for simplification: Counterintentional effects of stereotype suppression on social memory. *Social Cognition*, 14, 1-20.
- Macrae, C. N., Milne, A. B., & Bodenhausen, G. V. (1994b). Stereotypes as energy-saving devices: A peek inside the cognitive toolbox. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 37-47.
- Macrae, C. N., Stangor, C., & Milne, A. B. (1994c). Activating social stereotypes: A functional analysis. *Journal of Experimental Social Psychology*, 30, 370-389.
- Monteith, M. J. (1993). Self-regulation of prejudiced responses: Implications for progress in prejudice-reduction efforts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 469-485.
- Monteith, M. J., Devine, P. G., & Zuwerink, J. R. (1993). Self-directed versus other-directed affect as a consequence of prejudice-related discrepancies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 198-210.
- Monteith, M. J., Sherman, J. W., & Devine, P. G. (1998a). Suppression as a stereotype control strategy. *Personality and Social Psychology Review*, 2, 63-82.
- Monteith, M. J., Spicer, C. V., & Tooman, G. D. (1998b). Consequences of stereotype suppression: Stereotypes on and not on the rebound. *Journal of Experimental Social Psychology*, 34, 355-377.
- Moskowitz, G. B., Salomon, A. R., & Taylor, C. M. (2000). Preconsciously controlling stereotyping: Implicitly activated egalitarian goals prevent the activation of stereotypes. *Social Cognition*, 18, 151-177.
- Pratto, F., & Bargh, J. A. (1991). Stereotyping based upon apparently individuating information. Trait and global components of sex stereotypes under attention overload. *Journal of Experimental Social Psychology*, 27, 26-47.
- Sherman, J. W., Stroessner, S. J., Loftus, S. T., & DeGuzman, G. (1997). Stereotype suppression and recognition memory for stereotypical and non-stereotypical information. *Social Cognition*, 15, 205-215.
- Smith, E. R. (1994). Procedural knowledge and processing strategies in social cognition. In R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.), *Handbook of Social Cognition*, 2nd ed. (vol. 1, pp. 99-151). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Wegner, D. M. (1994). Ironic processes of mental control. *Psychological Review*, 101, 34-52.
- Wegner, D. M., & Bargh, J. A. (1998). Control and automaticity in social life. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The Handbook of Social Psychology*, 4th ed. (vol. 1, pp. 446-489). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Wegner, D. M., & Erber, R. (1992). The hyperaccessibility of suppressed thoughts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 903-912.
- Wegner, D. M., & Zanakos, S. (1993). Ironic processes in the mental control of mood and mood-related thought. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 1093-1104.
- Wegner, D. M., & Gold, D. B. (1995). Fanning old flames: Emotional and cognitive effects of suppressing thoughts of a past relationship. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 782-792.
- Wittenbrink, B., Judd, C. M., & Park, B. (1997). Evidence for racial prejudice at the implicit level and its relationship with questionnaire measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 262-274.
- Wegner, D. M., Schneider, D. J., Carter, S., & White, L. (1987). Paradoxical effects of thought suppression. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 409-418.
- Wenzlaff, R., & Wegner, D. M. (2000). Thought suppression. *Annual Review of Psychology*, 51, 59-91.
- Word, C. D., Zanna, M. P., & Cooper, J. (1974). The nonverbal mediation of self-fulfilling prophecies in interracial interaction. *Journal of Experimental Social Psychology*, 10, 109-120.
- Wyer, N. A., Sherman, J. W., & Stroessner, S. (1998). The spontaneous suppression of racial stereotypes. *Social Cognition*, 16, 340-352.

Wyer, N. A., Sherman, J. W., & Stroessner, S. R. (2000). The roles of motivation and ability in controlling the consequences of stereotype suppression. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 13-25.

RESUMO

Inúmeras razões levam a que, frequentemente, o percipiente social tente activamente inibir os pensamentos estereotípicos antes que estes influenciem os seus julgamentos e comportamentos. A eficácia desta estratégia, no entanto, tem sido questionada pela área da psicologia interessada pelo controlo mental. De facto, a investigação recente tem mostrado que quando as pessoas tentam activamente suprimir pensamentos indesejados, estes subsequentemente reaparecem à consciência ainda com maior insistência do que caso não tivessem sido suprimidos inicialmente produzindo, deste modo, um efeito de ricochete (e.g., Macrae, Bodenhausen, Milne, & Jetten, 1994). O presente artigo tem como principal objectivo apresentar uma revisão teórica da supressão de pensamentos procurando identificar os potenciais mediadores do *efeito de ricochete* após um período de supressão do estereótipo. Apesar do efeito de ricochete do estereótipo ocorrer em algumas condições, defende-se que uma compreensão

mais abrangente deste fenómeno requer a consideração de um vasto conjunto de possíveis factores mediadores.

Palavras-chave: Estereotipização social, supressão de pensamentos, efeito de ricochete.

ABSTRACT

For a variety of reasons, social perceivers may often attempt to actively inhibit stereotypic thoughts before their effects impinge on judgement and behaviour. However, research on the psychology of mental control raises doubts about the efficacy of this strategy. Indeed, this work suggests that when people attempt to suppress unwanted thoughts, these thoughts are likely to subsequently reappear with even greater insistence than if they had never been suppressed (i.e., a «rebound» effect). The present article comprises a review of the literature about this ironic effect concerning unwanted stereotypic thoughts about others. Although stereotype rebound occurs under some circumstances, it is suggested that a complete understanding of this phenomenon requires a consideration of the full array of possible moderating influences.

Key words: Social stereotyping, thought suppression, rebound effect.